

Resistências
Insubmissão e Revolta
no Império Português

|||||
casadasletras

ISBN: 978-989-661-207-8

© Mafalda Soares da Cunha, 2021

Direitos reservados
CASA DAS LETRAS
uma chancela LeYa, S.A.
Rua Cidade de Córdova, 2
2610-038
Alfragide
Tel: 21 427 2200, Fax: 21 471 77 37

Editor: Francisco Camacho
Revisão: Leonor Santos
Capa: Maria Manuel Lacerda
Imagem de capa: Johann Moritz Rugendas. *Guerra do Açú ou dos Bárbaros*.
Cerca de 1820-1825. Aguarela. © D.R.

1.^a edição: setembro 2021
Depósito Legal: n.º 486 421/21
Pré-impressão: LeYa
Impressão e acabamento: Multitipo

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor

This project has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under the Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement No 778076.

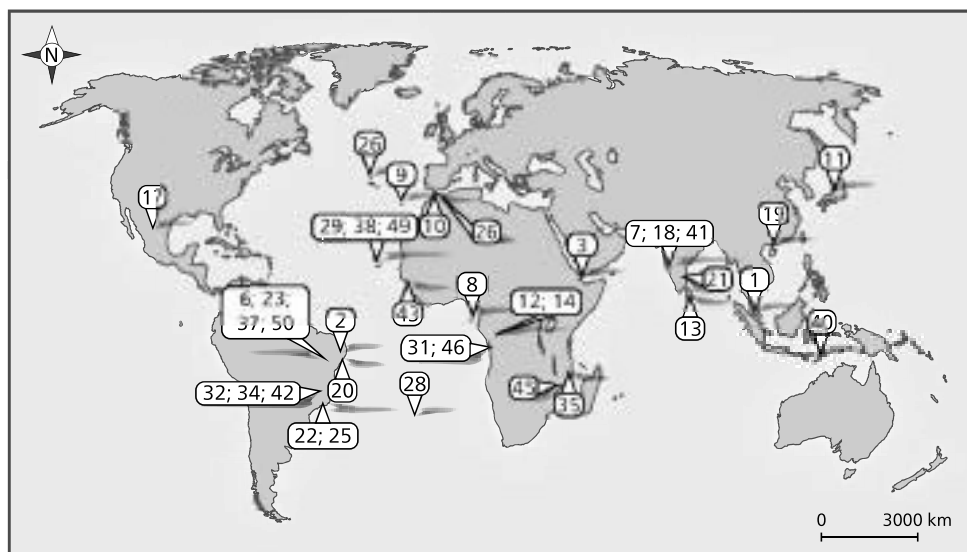
ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	10
1. O ABANDONO DE MALACA EM TEMPOS DE JORGE DE BRITO (1515-1517) Joana Fraga	21
2. BRANCA DIAS (C.1515-C.1588): DE JUDAIZANTE AO PARADIGMA DA VÍTIMA DA INTOLERÂNCIA Bruno Feitler	27
3. A REVOLTA DO REINO DE ORMUZ CONTRA A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NA SUA ALFÂNDEGA (1521) Graça Almeida Borges.....	34
4. MOURISCAS DO REINO PORTUGUÊS NO SÉCULO XVI. GÉNERO, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA Filomena Lopes de Barros	41
5. MOURISCOS E RENEGADOS NA LISBOA DO SÉCULO XVI Filomena Lopes de Barros	47
6. DEUS E O PAPA CONTRA OS BRANCOS. A SANTIDADE DE JAGUARIBE E A BAHIA DO SÉCULO XVI Moreno Pacheco.....	53
7. ALDEIAS DE GOA REVOLTAM-SE CONTRA O IMPÉRIO PORTUGUÊS E A CRISTIANIZAÇÃO (1583) Ângela Barreto Xavier	60
8. AMADOR E A PRIMEIRA GRANDE REVOLTA DE ESCRAVOS DO MUNDO ATLÂNTICO Arlindo Manuel Caldeira.....	66
9. A HISTÓRIA DE ANA DIAS, «QUE SE PERDEU NO MAR» E A PERSISTÊNCIA DO CULTO JUDAICO NO FUNCHAL Fernanda Olival	71
10. MOTIM EM TÂNGER Mafalda Soares da Cunha.....	78
11. MORRER PELA FÉ NO IMPÉRIO DO SOL NASCENTE. OS MARTÍRIOS DE CRISTÃOS NO JAPÃO, ENTRE 1597 E 1639 Kevin Carreira Soares.....	85
12. A RESISTÊNCIA DO REINO DO KONGO FACE À «TRAIÇÃO» DO GOVERNADOR DE ANGOLA JOÃO CORREIA DE SOUSA (1622-1623) Miguel Geraldês Rodrigues.....	93
13. A REVOLTA DOS LASCARINS E DOS MODELIARES NA ILHA DE CEILÃO Graça Almeida Borges e José Vicente Serrão.....	100
14. ANGOLA: REBELDIA E RESISTÊNCIA DA RAINHA NJINGA Arlindo Manuel Caldeira	106
15. O POVO LEVANTADO CONTRA D. FILIPE III DE PORTUGAL Mafalda Soares da Cunha	113

16. PENITENCIADOS QUE RESISTEM À INQUISIÇÃO Bruno Lopes..	122
17. PROTESTOS CONTRA OS PORTUGUESES NA NOVA ESPANHA (1641-1643) Pedro Cardim	129
18. MATHEUS DE CASTRO: UM BISPO DE GOA CONTRA O PODER PORTUGUÊS Ângela Barreto Xavier	136
19. ISABEL REIGOTA E A «CONTENDA» DO SÂNDALO Elsa Penalva	142
20. RESISTIR ÀS REDES «MALIGNAS, DANOSAS E PREJUDICIAIS». OS PESCADORES DE ALAGOAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII Arthur Curvelo.....	149
21. A INSURREIÇÃO DO ARCEDIAGO DA SERRA (1653) Joana Fraga.....	155
22. OS IRMÃOS BARBALHO: CONQUISTADORES E REBELDES NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XVII Luciano Figueiredo	161
23. A REBELIÃO DOS ÍNDIOS DE NATUBA Evergton Sales Souza.....	168
24. OS MESTERES DE LISBOA DEFENDEM A IGUALDADE FISCAL (1670) Pedro Cardim	175
25. TRABALHO COMPULSÓRIO E RESISTÊNCIA DOS ÍNDIOS ALDEADOS. CAPITANIAS DO RIO DE JANEIRO E DE CABO FRIO – SÉCULOS XVII-XVIII Maria Regina Celestino de Almeida.....	182
26. FORMAS DE LER A RESISTÊNCIA Fernanda Olival	189
27. DESACATOS NO MOSTEIRO DE SANTA ANA DE VIANA DO MINHO Mafalda Soares da Cunha.....	196
28. O NAVIO REBELADO. RESISTÊNCIAS AO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NO ATLÂNTICO PORTUGUÊS Cândido Domingues.....	203
29. A IMPOSSÍVEL PUNIÇÃO DOS VALENTES DO JULANGUE António Leão Correia e Silva	210
30. MULHERES NEGRAS PROTESTAM EM LISBOA EM 1717 Cacey B. Farnsworth e Pedro Cardim.....	217
31. REVOLTA DO SOBA QUIOMBELA EM CACONDA CONTRA OS ABUSOS DOS CAPITÃES-MORES DE BENGUELA (1718-1728) Miguel Geraldês Rodrigues	226
32. FILIPE DOS SANTOS E CHICA MINA. O GARIMPEIRO PORTUGUÊS E A ESCRAVIZADA AFRICANA DE VILA RICA QUE LEVANTARAM AS MINAS GERAIS EM 1720 Luciano Figueiredo.....	232
33. MAFRA, TRABALHO FORÇADO E RESISTÊNCIA Nuno Gonçalo Monteiro e Isabel dos Guimarães Sá	239

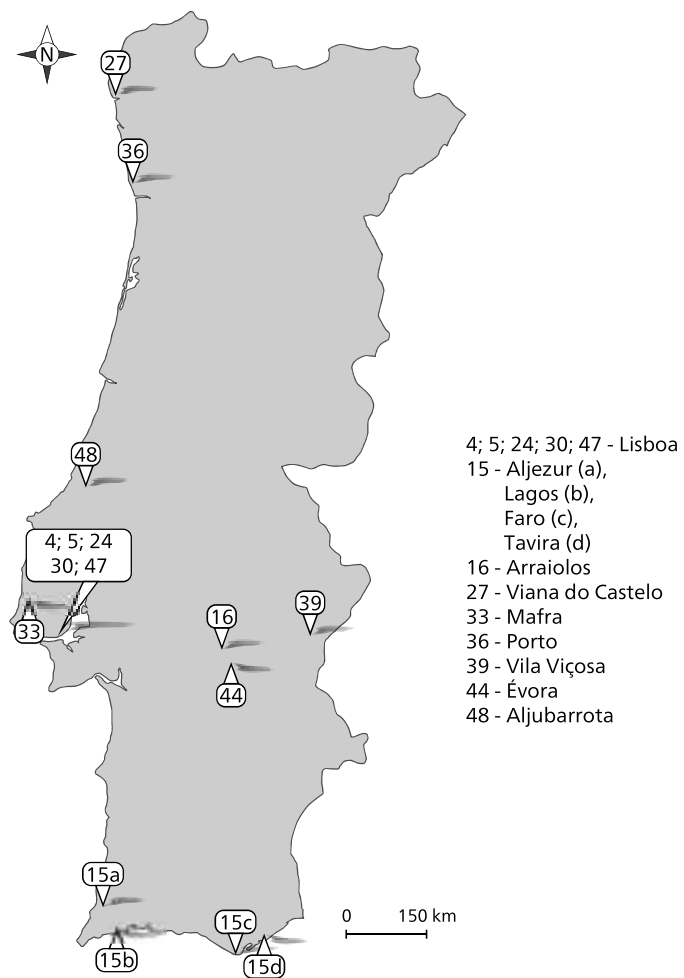
34. REIVINDICAÇÃO POLÍTICA E GOVERNO REPRESENTATIVO EM MINAS Pedro Cardim.....	249
35. DECLARARAM GUERRA AO MACUA MURIMUNO PARA LHE ABAIXAR A SOBERBA E O ORGULHO, E PERDERAM Luís Frederico Dias Antunes.....	256
36. «VIVA EL REY! ABAIXO A COMPANHIA!» A REVOLTA CONTRA A COMPANHIA DAS VINHAS DO ALTO DOURO (PORTO, 1757) Ana Sofia Ribeiro	265
37. A MOBILIZAÇÃO COLETIVA NAS VILAS INDÍGENAS NA BAHIA Fabricio Lyrio Santos	273
38. CABO VERDE: ANTÓNIO BARROS BEZERRA DE OLIVEIRA, «ABSOLUTO RÉGULO» DA ILHA DE SANTIAGO Arlindo Manuel Caldeira	280
39. O HOMEM QUE DEU COM UM PAU EM D. JOSÉ E NO SEU CAVALO (VILA VIÇOSA, 1769) Nuno Gonçalo Monteiro.....	287
40. A «GUERRA DOS DOIDOS» EM TIMOR-LESTE (1776-1786) Ricardo Roque e Luísa Coutinho	294
41. UMA REVOLTA À «AMERICANA»: A CONSPIRAÇÃO DOS PINTOS DE 1787 (GOA) Ângela Barreto Xavier	302
42. A MAIS FAMOSA CONSPIRAÇÃO DO BRASIL FICOU POR ACONTECER Roberta Stumpf.....	308
43. AS CONTAS DE UMA REVOLTA A BORDO. O TRÁFICO DE ESCRAVOS E A VIOLÊNCIA DA DESUMANIZAÇÃO Jorge M. Pedreira	314
44. ATRIBULAÇÕES DE UM ARCEBISPO NA VORAGEM DA DESORDEM. ÉVORA E BEJA, 1808 Jorge M. Pedreira.....	322
45. D. ANA PERANTE OS SEUS ÉMULOS: MULHERES E RESISTÊNCIA EM TERRAS DO VALE DO ZAMBEZE Eugénia Rodrigues.....	329
46. AS MULHERES QUE RESISTIRAM À CAPTURA E À ESCRAVIZAÇÃO EM BENGUELA NO SÉCULO XIX Mariana P. Candido.....	336
47. AS VENDEDEIRAS DE LISBOA E A NOVA «OPRESSÃO» LIBERAL, 1820-1823 Miguel Dantas da Cruz	344
48. A OUTRA BATALHA DE ALJUBARROTA. AS RESISTÊNCIAS AO SENHORIO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA NO PRIMEIRO LIBERALISMO (1820-1824) Nuno Gonçalo Monteiro	351
49. A REVOLTA DO BATALHÃO AÇORIANO (MARÇO DE 1835). VILA DA PRAIA, ILHA DE SANTIAGO DE CABO VERDE José Silva Évora.....	359
50. A REVOLTA DOS MALÊS NA BAHIA, 1835 João José Reis	366
BIOGRAFIAS	372

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA



- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1 - Malaca | 20 - Capitania de Alagoas |
| 2 - Capitania de Pernambuco | 21 - Malabar, Índia |
| 3 - Ormuz | 22; 25 - Rio de Janeiro |
| 6; 23; 37; 50 - Capitania da Bahia | 26 - Ilha da Flores (Açores), Argel |
| 7; 18; 41 - Goa | 28 - Oceano Atlântico |
| 8 - São Tomé e Príncipe | 29; 38; 49 - Cabo Verde |
| 9 - Ilha da Madeira | 31; 46 - Benguela, Angola |
| 10 - Tânger | 32; 42 - Vila Rica do Ouro Preto |
| 11 - Japão | 34 - Capitania das Minas Gerais |
| 12; 14 - São Salvador, Angola | 35 - Itoculo, Moçambique |
| 13 - Ceilão/Sri Lanka | 40 - Timor |
| 17 - México | 43 - Bissau |
| 19 - Macau | 45 - Sena, Moçambique |

LOCALIDADES DE INSUBMISSÃO E REVOLTA





Planta de Tânger em 1655.

Leonardo de Ferrari, *Planta de Tânger*, 1655. Planta aguarelada.

Arquivo Militar de Estocolmo, Krigsarkivet, Suécia.

© Alamy Stock Photo/ Fotobanco.pt

10. MOTIM EM TÂNGER

Mafalda Soares da Cunha
Universidade de Évora – CIDEHUS



A história do motim que ocorreu em Tânger em finais de 1593 é relativamente mal conhecida. As escassas informações encontradas estão dispersas por diversas fontes e nem sempre concordam entre si. Os pormenores mais substantivos desse episódio encontram-se no perdão geral de 28 de outubro de 1595 concedido pelo rei Filipe I de Portugal (Filipe II de Espanha), após devassas feitas na cidade. Os factos referem-se à sublevação de alguns cavaleiros e moradores contra Rui Mendes de Vasconcelos, que era capitão-mor e governador dessa praça havia seis meses.

D. Fernando de Menezes, 2.º conde da Ericeira (1614-1699), na sua *História de Tânger*, impressa em 1732, fez menção a «um tão grande motim, que esteve em risco de suceder grande dano» e datou-o de finais de 1593 (Menezes, 1732: 95). Atribuiu as origens desse levantamento às disputas que tiveram lugar entre portugueses e castelhanos por ocasião de «se alojarem nela 500 soldados castelhanos para se embarcarem na frota de Índias». Embora não justifique a causa concreta da alteração, comentou que os ânimos se teriam exaltado na sequência de uma disputa entre um sargento da terra e alguns desses castelhanos: «empenharam-se muitos de uma e outra parte em favorecer os seus e quase todos vinham concorrendo incitados do amor natural e da

competência e oposição que têm entre si as duas nações». Ou seja, a razão apontada assenta na animosidade entre os naturais de Portugal e de Castela.

Vale a pena destacar que D. Fernando de Menezes, o relator deste episódio, apresentou esses ódios e rivalidades entre os vizinhos ibéricos como fenómenos simultaneamente naturais e autoexplicativos. A trajetória desse autor – foi um bragancista de primeira hora e um experiente e reconhecido militar das Guerras da Restauração (1640-1668) – ajudará certamente a explicar a sua perceção sobre a naturalidade do ódio entre as gentes das duas «nações».

No entanto, embora a interpretação que explica o conflito através de rivalidades entre naturais de nações diferentes tenha uma tradição longa e seja, até hoje, o modo mais habitual de caracterizar as relações entre portugueses e castelhanos, a verdade é que, nas últimas décadas, muitos historiadores têm vindo a problematizar essas perceções. Diversos autores têm desconstruído a ideia de uma inimizade constante entre essas duas Coroas ibéricas, chamando a atenção para os variados momentos de colaboração, os interesses tantas vezes convergentes entre as suas populações e as oportunidades e ganhos de escala gerados por ocasião da agregação de Portugal à monarquia dos Áustria (1580-1640). Dito de outra forma, a pertença de Portugal à Monarquia Hispânica e a relação entre os naturais dessas Coroas suscitavam simultaneamente oposições e convergências.

Contradizendo esta informação, o já referido perdão geral de 1595 e uma historieta quinhentista – na época designada como «anedota» (Lund, 1980: 89-90) – nomeiam expressamente Rui Mendes de Vasconcelos como o alvo da ira popular. Não se sabe a causa exata que motivou o motim, embora seja plausível considerar que possa estar relacionado com o papel desempenhado pelo capitão-mor no aboletamento dos 500 soldados castelhanos na cidade. O que parece certo é que foi forçado a abandonar Tânger. O primeiro dos textos refere

que o perdão foi concedido por se «amotinarem contra Rui Mendes de Vasconcelos, do meu conselho que na dita cidade estava por capitão e governador dela, e o tirarem e o deporem do dito cargo fazendo-o embarcar», enquanto o segundo informa que «se levantaram contra ele e escapou da sua fúria embarcando-se para Castela» (Lund, 1980: 90).

Uma outra discordância entre as narrativas já citadas prende-se com as datas. O perdão geral foi concedido em outubro de 1595 e D. Fernando de Meneses datou o motim em fins de 1593, o que é perfeitamente plausível. Contudo a historieta antes citada afirma que «era então valido del rei Dom Filipe o 3.º Dom Francisco Gomes Sandoval e Royas, duque de Lerma», informando que a nomeação de Rui Mendes de Vasconcelos para governador de Tânger fora resultado da iniciativa do rei e do seu valido. Tal indicação situaria o motim depois de 1598, o que parece bastante improvável. De assinalar, além disso, que o relato de D. Fernando de Meneses não aponta o nome de Rui Mendes de Vasconcelos como parte envolvida no tumulto ou, sequer, como estando em Tânger. Quem esse autor refere como governador de Tânger, entre 1590 e 1599, é Aires de Saldanha, futuro vice-rei da Índia.

A caracterização social e o percurso de Rui Mendes de Vasconcelos não esclarecem estas inconsistências da documentação. Era filho primogénito de Diogo de Sousa, um fidalgo pobre. A anedota que atrás mencionámos refere ironicamente que ele foi apenas «herdeiro da pobreza de seu pai» (Lund, 1980: 89). Foi partidário de Filipe I na pretensão à Coroa de Portugal em 1580 e continuou a servir os Habsburgo, nomeadamente na corte, como mordomo da rainha D. Margarida, mulher de Filipe II de Portugal. Estes serviços valeram-lhe várias distinções e acabou por ser titular dos senhorios de Valelhas e Almendra, da alcaidaria-mor da Covilhã e de Penamacor e de algumas comendas. Em 1611, recebeu o título de 1.º conde de Castelo Melhor. Constitui,

sem dúvida, uma trajetória que beneficiou política e economicamente com a monarquia dos Áustria, mas esse facto não explica o silêncio de D. Fernando de Meneses sobre a sua eventual estada em Tânger.

Sobre a motivação para os distúrbios podem-se sugerir algumas pistas. Desde logo a complicada situação de Tânger. É bem sabido que as praças norte-africanas, seja dos portugueses, seja dos castelhanos, enfrentavam problemas crónicos de muito difícil resolução. Enquanto enclaves entre poderes políticos e religiosos hostis, dependiam dos reinos peninsulares para a sua sobrevivência. O abastecimento de mantimentos, roupas, armamento e cavalos; a paga dos soldados; o reforço dos efetivos militares, bem como o socorro perante os ataques dos locais foram sempre irregulares. Podiam passar-se meses sem notícias da península. Para mais, os quotidianos eram incertos, feitos de recontros, escaramuças e apresamentos de gado e cavalos entre peninsulares e «mouros». A já referida chegada de 500 militares e o seu alojamento em Tânger terão aumentado a pressão sobre os recursos sempre escassos da cidade, criando um clima propício ao crescimento das tensões que uma qualquer discussão poderia fazer explodir. Reações negativas perante a imposição de alojamento de tropas eram bastante comuns, mesmo quando os exércitos eram da mesma «nação», como sucedeu com relativa frequência nos dois lados da fronteira na Guerra da Restauração (1640-1668). Acresce que, além do peso económico, as comunidades locais receavam o impacto e a perturbação nas hierarquias estabelecidas que a presença de autoridades externas podiam suscitar. No caso concreto de Tânger, a coexistência, mesmo que temporária, de tropas com cadeias de comando separadas num território relativamente exíguo não podia deixar de provocar inquietações entre os tangerinos.

O motim foi aplacado com a intervenção rápida das autoridades. Nas palavras de D. Fernando de Meneses, a

responsabilidade coube aos bons ofícios do governador Aires de Saldanha que «obrou tanto a sua autoridade e prudência que pode quietar o tumulto, sem mais perda que a de um castelhano morto, e o sargento ferido» (Meneses, 1732: 95). No entanto, já se assinalou, esta versão contradiz a informação do perdão geral de 1595 que se considera ser mais fiável, pelo que é a versão que seguimos.

A notícia destas perturbações indignou o monarca que mandou tirar devassa rigorosa, pois a deposição de um governador era «coisa nova nestes reinos tanto contra meu serviço e contra a autoridade e decência que se devem respeitar os meus capitães, pelo qual caso mereciam os culpados nele procedimento exemplar e ignominioso castigo». O inquérito identificou muitos culpados e o rei mandou prendê-los, onde quer que se encontrassem. Mas tal não aconteceu, pois quase todos lograram fugir. Não obstante, reconhecendo os muitos trabalhos que os implicados, as suas mulheres e filhos tinham passado na defesa da praça e graças, também, à intercessão do príncipe herdeiro, o rei usou de clemência e perdoou quase todos. Exceções foram os cabeças de motim culpados «pelo excesso com que procederam amotinando o povo e exortando-os enganosamente ao insulto que se cometeu». Eram eles Cristóvão Martins Fuzeiro, António Carvalho, Afonso da Franca e Manuel da Fonseca, para quem se emitiu ordem de prisão onde quer que estivessem, a fim de apresentarem as suas explicações diante de um dos corregedores do crime e da corte.

Não foi possível identificar socialmente estes cabecilhas. Pelos apelidos Franca e Carvalho admite-se a possibilidade de pertencerem a grupos familiares das elites locais de Tânger. Como quer que seja, importa salientar que foram raros os motins em praças norte-africanas que envolvessem a deposição do capitão-mor e governador, e que forçassem o seu afastamento do cargo. A desordem e a desobediência criavam riscos à sobrevivência dos presídios norte-africanos

que, além da relevância simbólica, tinham importância estratégica na defesa da entrada no Mediterrâneo do lado da margem sul do estreito de Gibraltar. E se essa relevância geoestratégica explica a preocupação do monarca em punir exemplarmente os amotinados, também torna bastante plausível que a soldadesca e a população tangerinas tenham feito valer o seu papel na defesa da praça para resistirem ao aboletamento das tropas castelhanas.

Referências:

- Biblioteca da Ajuda, 44-XIII-52 (n.º 27), fls. 44v-45v.
- GAYO, Felgueiras (1992). *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. x, 3.ª ed. Braga: Ed. Carvalhos de Basto.
- LUND, Christopher C. (introd., notas e índices) (1980). *Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista. Istórias e Ditos Galantes que Sucederão e se Disseraõ no Paço*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MENEZES, D. Fernando de (conde da Ericeira) (1732). *Historia de Tangere que comprehende as noticias desde a sua primeira conquista ate a sua ruina*. Lisboa Occidental: na Officina Ferreiriana.